

## PRECARIIDADES DE PRÁTICAS PARTICIPATIVAS



Pedro Demo  
Professor da UNB  
e Diretor Geral do INEP/MEC

### 1. REDESCOBERTA DA PARTICIPAÇÃO

A política social tem revelado ultimamente forte interesse pela participação e busca demonstrar que faz parte insubstituível de seu campo teórico e prático de atividade. Trata-se de uma etapa a mais na rota de superação da concepção assistencialista de política social, caracterizada pelas noções paternalistas públicas de concessão de benefícios. Mas quer-se superar igualmente a posição comum dos anos 70 que ligava a política social ao problema das necessidades básicas, com destaque para a questão do emprego e da renda. Não que tal postura seja errônea, mas é incompleta, pois apanharia somente a dimensão sócio-econômica, postergando a dimensão política. <sup>1</sup>

Tenta-se reconhecer que no centro da questão social estão duas colunas mestras, interligadas, mas com relativa densidade própria. De um lado, a perspectiva geralmente dita infra-estrutural, voltada para a problemática da sobrevivência material e marcada pelo acesso à renda através principalmente da inserção no mercado de trabalho. Trata-se de *pobreza sócio-econômica*, no sentido da falta do mínimo material para se poder sobreviver.

Não é questão agora de secundarizar tal preocupação. O que se pretende, de outro lado, é destacar outra dimensão, de teor qualitativo predominantemente, ao mesmo nível de importância. Se quisermos usar a mesma linguagem, diríamos que se haveria de alocar na infra-estrutura, a par da questão sócio-econômica, também a questão política. E pode-se falar, então, de *pobreza política*, no sentido da falta de condições mínimas de autopromoção. <sup>2</sup>

Demandaria um esforço teórico profundo a pretensão de mostrar que a dimensão política tem igual consistência decisiva em política social, em face da dimensão sócio-econômica. Nossa tradição acadêmica privilegia o substrato material e, ainda que não considere de modo geral o político como simples reflexo de problemas econômicos, pelo menos o condiciona claramente, aplicando-se a ele a noção usual de superestrutura. A redescoberta da participação, no entanto, sugere que tal posição se tornou arcaica, porque não é possível garantir na teoria e na prática que soluções econômicas condicionem necessariamente soluções políticas. Podem condicionar e normalmente assim o fazem; mas não necessariamente. E vale o contrário, na mesma proporção. <sup>3</sup>

Quer dizer, a questão do poder é infra-estrutural. Existiu antes de qualquer modo explícito de produção e existe claramente depois do modo capitalista. Sem aprofundar esta discussão teórica, vale ressaltar que, para a política social, se reconhecem dois eixos fundamentais de ação: um, ligado à questão da auto-sustentação material; outro, ligado à questão da autopromoção política. O primeiro é substancialmente de ordem quantitativa, mas não é por isto nem superior, nem inferior. O segundo é caracteristicamente de ordem qualitativa, e também nem superior, nem inferior. Ambos se entrelaçam, porque no fundo formam um todo, mas não perdem traços próprios de lógica específica.

A sociedade desejável, ou pelo menos suportável, seria aquela que satisfaz relativamente às duas dimensões, resumidas sumariamente ao problema da produção e da democracia. Uma não sobrevive sem a outra, mas nenhuma causa necessariamente a outra.

Neste sentido, a política social precisa agarrar-se a ambas as dimensões. Gerar empregos suficientes, quantitativos e qualitativos, ou seja, para toda a mão-de-obra disponível e com remuneração adequada, não pode se efetivar apenas como efeito do dinamismo econômico. Se deixássemos as coisas fluírem de acordo com o dinamismo econômico teríamos, como temos, a concentração da renda, porque esta é sua lógica. A possível adequação da economia às necessidades básicas da população somente acontece se houver, também, a determinação política de forçar a estrutura produtiva para tanto. Nisto desempenham papel relevante sobretudo os sindicatos, que, no fundo, possuem a tarefa histórica de defender o fator trabalho diante do fator capital. Mas podem ser ajudados nisto por outras formas de organização da sociedade civil, e até mesmo por instituições ligadas ao Estado (partidos comprometidos com o trabalhador, por exemplo, ou formas mais participativas de planejamento, etc.).

É também neste sentido que se prefere a participação definida como processo histórico de conquista da autopromoção. Tal definição aponta três faces relevantes da problemática. Em primeiro lugar, significa uma reação radical contra todas as formas de assistencialismo e paternalismo, porquanto não existe participação dada, imposta, pré-existente e definitiva. Por isto também é essencialmente um processo histórico, dentro de uma história que tem como propensão estrutural a coação. A participação somente aparece se conquistada. Em segundo lugar, a autopromoção indica que não se efetiva sem a auto-sustentação de ordem sócio-econômica. Por mais que a produção seja instrumental, é instrumento indispensável. Em terceiro lugar, marca a importância do lado político, visto principalmente pela noção de autopromoção, ou seja, a capacidade de assumir com autonomia seu próprio destino. É certo que a dimensão política não pode ser superdimensionada, porquanto a simples mobilização pode ser apenas exacerbação social. Mas, por outra, o aspecto organizativo, representativo e legítimo, é fundamental para a política social, que encontra na população o real interessado, não objeto ou alvo.<sup>4</sup>

Discutem-se, a partir daí, os canais mais relevantes de participação, destacando-se: a *organização da sociedade civil*, sob a forma de comunidades ou grupos de interesse; o *planejamento* e a *pesquisa participantes*; a *educação* como processo de formação da cidadania; a *cultura* como processo de formação da identidade

comunitária; a defesa de *direitos* fundamentais e a conquista de novos.

A política social se depara com uma caminhada complexa dentro deste espaço, sem abandonar a preocupação com a infra-estrutura material. Os entraves são inúmeros, a começar pela constatação muito simples, mas incômoda, de que somos amadores. Não sabemos "fazer política" profissionalmente, mesmo porque nossa formação acadêmica é apenas técnica, ou seja, preparada para desmobilizar. Ao notarmos, por exemplo, que a grande maioria dos programas governamentais beneficia os reais interessados em proporções muito reduzidas, quando não fazem até o contrário, ou que a pesquisa participante da universidade muito pouco deixa de relevante nas comunidades, ou que a Igreja replica nas comunidades fixações hierárquicas típicas, é possível aquilatar a situação ainda muito precária e primária na qual nos encontramos.

Pretendemos neste breve estudo levantar algumas destas precariedades da prática participativa, com vistas a trabalhar a necessidade constante de autocrítica. Se, de um lado, os movimentos participativos são o que há de mais importante e interessante em política social, de outro, podem ser a farsa mais sibilina e contraditória. Destacamos a questão prática, porque interessa ressaltar movimentos que vão além de mera discussão teórica sobre participação, sem evidentemente desmerecer a importância insubstituível da volta constante à teoria.

## 2. DOIS GARGALOS DECISIVOS

Para nossa discussão, restringimo-nos a experiências com comunidades e associações localizadas. Temos em mente principalmente associações de produtores, tendo em vista o quadro referencial esboçado acima. Af, vislumbramos sobretudo dois gargalos que consideramos típicos de nossa realidade: um de teor político, outro de teor sócio-econômico.

É muito comum encontrarmos uma associação, que como tal se apresenta, que pode possuir estatutos escritos e mesmo uma sede, mas que não tem expressão política adequada. Ou seja, não está autenticamente organizada. Não se trata de caracterizar uma falta pura e simples de organização política, porque isto seria praticamente impossível. De um lado, todo grupo humano, pelo simples fato de estar agrupado, manifesta algum traço organizativo, pelo menos informal e natural. De outro, o que predomina propriamente é a antiorganização, no sentido de que o grupo está historicamente condicionado à submissão diante da oligarquia local. O fato, de que o processo eleitoral em determinada região se faz de acordo com respectivos "currais" manipulados fortemente, significa a organização para a submissão.<sup>5</sup>

O que interessa aqui é ressaltar a necessidade insubstituível de organização política positiva, sem o que não se atinge o patamar da autopromoção, ou seja, a capacidade de decidir com criatividade e autonomia o próprio destino. Ao lado da organização precária ou contraditória, é típico o vício da liderança excessiva que, por qualquer razão, substitui o comparecimento da base. Por vezes trata-se de carisma forte demais, que apaga os liderados ou que dispensa o cumprimento de regras democráticas de jogo. Em outros momentos, o problema é a presença de pessoas estranhas ao grupo, lá colocadas por influências externas e que fazem a função de capataz.

Para analisar esta questão, é mister usar critérios de acerto político. Tais critérios podem ser sumariados em representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo. A questão da *representatividade* atinge a liderança, que precisa ser constituída por eleição geral. Vale aqui afirmar: ao poder somente se chega por eleição; o resto é usurpação. Representar os liderados significa taxativamente receber deles mandato para tanto e cumpri-lo dentro das regras estabelecidas. A liderança está sujeita à prestação de contas, ao rodízio no poder, ao cumprimento dos estatutos e à impugnação por parte da base. Sua autoridade é ministerial, ou seja, de serviço. O poder comunitário não possui nada além do que foi delegado pela base.

A questão da *legitimidade* atinge a constituição associativa, o processo comunitário como tal e a forma concreta de participação, que deve estar baseada em direito, ou seja, em regras democráticas de jogo, acordadas em comum. Estas sempre podem ser mudadas, mas democraticamente. São necessários estatutos comuns, não obrigatoriamente formais, mas sempre reais, onde se prevêem as formas de pertença e exclusão da associação, os deveres e os direitos do associado, a rotina de funcionamento, as instâncias de poder, o papel da base, etc.

A questão da *participação da base* é crucial, porque geralmente as associações se bastam com uma cúpula ativa, imaginando-se que tal ativismo compense a desmobilização dos associados. Significa, principalmente, que nenhuma comunidade ou associação funciona de fato sem a mobilização real, constante e interminável da base, que na verdade é a essência do processo participativo. Trata-se sobretudo da capacidade de cada associado de fazer valer seus deveres e seus direitos ou, por outra, do exercício da cidadania. É um fenômeno por demais típico a presença relativamente passiva dos comunitários ou associados, que podem passar a uma atitude de espera conformada de favores por parte da associação, replicando a mesma atitude funcional diante do Estado. Dificilmente comparecem às reuniões, não se mobilizam em época de votação, não controlam os líderes, não impugnam distorções ou infrações de direitos, e assim por diante.

A questão do *planejamento participativo* atinge a capacidade de realização de autodiagnósticos e, a partir daí, de construir estratégias comuns de enfrentamento dos problemas, sobretudo de produção. Trata-se de democratização das decisões e do teste concreto de competência da liderança e dos liderados, no sentido de buscar melhorias palpáveis das condições de vida e de mobilização real em torno dos interesses comunitários. Nisto se comprova a capacidade de assumir seu próprio destino e de elaborar saídas possíveis, dentro dos condicionamentos objetivos da realidade.

Neste espaço político, uma das dificuldades maiores é a presença de dimensões qualitativas que não sabemos entender e colocar com a devida competência. É freqüente a confusão entre quantidade e qualidade. Por exemplo, o que decide sobre a validade de uma associação ou comunidade é o teor participativo, ou o fenômeno da autopromoção, não o número de membros, o espaço ocupado, o tamanho da sede, etc. É também comum a tentação de começar o trabalho pelo grande número, fazendo reuniões pesadas e alimentando discussões intermináveis. Ora, a lógica participativa é do menor para o maior, é de baixo para cima, é do simples para o complexo. É mais seguro e autêntico começar pelo pequeno grupo, em nome precisamente da qualidade. Colocar mil pessoas numa

sala pode ser um feito quantitativo digno de nota, mas é impraticável a discussão democrática de profundidade, além de se favorecer o aparecimento de lideranças não representativas, já que sem mandato.<sup>6</sup>

No campo sócio-econômico, o grande problema é a auto-sustentação, no sentido de que a comunidade ou a associação necessita produzir com vistas à satisfação de suas necessidades materiais mais básicas. Não é assim que a comunidade ou a associação somente sejam possíveis em torno de questões produtivas. Existe participação em torno de problemas culturais (por exemplo, uma associação para preservar festas e danças típicas), religiosos, lúdicos, etc. Nem se poderia dizer que tais problemas são propriamente menos importantes que os materiais. Mas o que se pode dizer, certamente, é que motivam a auto-sustentação com maior dificuldade ou simplesmente não a produzem.

A questão produtiva desempenha, assim, função estratégica em vários sentidos: é instrumento fundamental de auto-sustentação econômica; incute no movimento condições mais favoráveis de superação do assistencialismo e do paternalismo; colabora para não ser paliativo, efêmero, intermitente, etc. A produção nunca é tudo, como se dela o resto decorresse precisamente como resto. No entanto, poderá ser prioritária, e é sem dúvida estratégica.

Esta problemática coloca discussões muito relevantes, como o desacerto de doações à comunidade, seja qual for a razão. Por vezes a pobreza é tão extrema e o direito de sobrevivência tão premente, que não faz sentido fazermos filantropia. Em caso de emergência, vale a solução de emergência. Todavia, participação sem auto-sustentação é farsa. No fundo, a doação perfaz a lógica do dominador, porque a comunidade continua dependente do doador. Assim, dar não liberta, mas consagra a manipulação. Uma manipulação sibilina, fina, insinuante, mas que tem sempre o mesmo resultado: não se busca resolver o problema, mas escamoteá-lo. No máximo se adia, se compensa a questão; não se enfrenta de fato.

É sempre válido pleitear facilidades de crédito, de acesso a instrumentos de trabalho ou a máquinas, mas isto não se pode confundir com simples assistência graciosa, que retira o compromisso de a comunidade resolver por ela mesma seus problemas. Em termos participativos, a auto-sustentação sócio-econômica talvez possua menor valor material, do que pedagógico. Para se passar da condição de objeto para a de sujeito, é mister tomar em suas próprias mãos as decisões fundamentais e procurar traçar o caminho próprio. Sem ilusões de independência excessiva, porque os determinantes da realidade e da história são muito reais e a comunidade é pobre de fato, é absolutamente decisivo construir a própria trajetória que, ademais, coloca o Estado, o técnico, o professor no seu devido lugar, ou seja, primeiro, como tendencial estorvo e, segundo, como possível assessoria ou apoio.

Não se trata de sacrificar a comunidade à lógica financeira, porque esta é apenas instrumento, mas é farsante imaginar que tudo se faria "a fundo perdido", seja porque não é propriamente fundo de investimento, seja porque é muito provável que tudo se perca.

A auto-sustentação não se faz apenas sócio-economicamente, embora seja em nossa sociedade a via mais comum. É possível imaginá-la sob a forma política

também: uma associação para preservar a vocação turística de uma cidade pode conquistar o direito de ser sustentada pela prefeitura; ou uma associação de pais em torno de uma escola, mantida por contribuições individuais, sem ligação com qualquer atividade produtiva; etc. Entretanto, é mais fácil a sobrevivência participativa quando baseada em preocupações infra-estruturais, porque estas não cessam.

Ademais, o objetivo da auto-sustentação coloca sobre as comunidades desafios específicos de produção, que geralmente não podem ser satisfeitos dentro do ritmo rotineiro de vida. Necessita de esforços redobrados, dentro da consciência política de que ela não acontece sem um ato de conquista comunitária. É preciso apelar para expedientes de aumento da produção, tais como: uma roça comunitária, onde todos dedicam horas de trabalho; esforço adicional de fim de semana; agressividade especial quanto à comercialização; empenho de todos os membros da família, etc. Quer dizer, a auto-sustentação necessita ser planejada e perseguida com extremo afinco, significando um dos desafios mais próprios à competência do grupo e de sua liderança.<sup>7</sup>

Uma comunidade com forte consciência política pode forçar o Estado, por exemplo, a colocar à disposição recursos financeiros, máquinas, terra, etc. Na medida que fosse uma conquista comunitária, seria defensável, desde que não evolua para a postura parasitária de viver às custas do Estado, o que instalaria por outra via, a mesma condição de esmoler. Todo direito, quando dado, deixa de ser, porque se transforma em dever de submissão. Ao mesmo tempo, tais doações se consubstanciam sempre em sobras do sistema, migalhas que no máximo compensam, mas não resolvem os problemas. Poucas coisas desmobilizam as comunidades mais do que doações assistencialistas. São presentes gregos. Ou melhor, fazem parte da tática de dominação.

### 3. CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO

Processos participativos precisam ser *estruturais e institucionais*. A tendência histórica é de fazer deles fenômenos paliativos, porque restritos a problemas secundários da população, que duram enquanto dura o entusiasmo de algumas pessoas; ou fenômenos muito intermitentes, que começam e acabam com a mesma facilidade; ou fenômenos populistas, que se satisfazem com a exacerbação política, e assim por diante.

Quando dizemos que precisam ser estruturais, significamos a necessidade de se darem no centro das preocupações mais fundamentais da comunidade, de tal forma a superarem a conotação de provisoriidade e superficialidade. A participação, por ser algo qualitativo e em decorrência menos palpável, assemelha-se a um vento que sopra intermitentemente, sem direção firme, sem relevo próprio. Aparece e desaparece. Coisa de amador. Diletantismo.

Quando dizemos que precisam ser institucionais, significa que devem superar o nível pessoal. É por demais típica a situação de comunidades que, no fundo, são apenas seu líder. Se este desaparecer, acaba a comunidade inapelavelmente. Ou, mantém sobre os colegas uma ascendência tão extrema, que não existe oportunidade de participação efetiva da base. Infelizmente, é quase regra co-

mun que as comunidades em nossa realidade se viabilizam somente com a presença de personalidades fortes, sejam elas de dentro ou de fora. De fora pode ser um técnico do governo, um professor de universidade, um padre que, sob a ação de forte carisma, arrasta o grupo e o mobiliza para a direção que quiser.

Não é isto o que se pretende, mas a democracia como forma institucional de vida. Não se pode imaginar a participação como efeito da boa vontade de dirigentes bem intencionados, porque não sairíamos de uma argumentação moralista de apelo constante à responsabilidade da cúpula. Isto coloca uma questão muito decisiva. Precisamos trabalhar com dois ritmos: de curto e de longo prazo. A *curto prazo*, é fundamental trabalhar na linha da organização política e das iniciativas de auto-sustentação, bem como do planejamento participativo. A *longo prazo*, precisamos trabalhar com outros canais de participação, principalmente com educação e com cultura.

A participação da base depende fortemente do nível educacional, especificamente da educação básica que, na verdade, não tem outra finalidade, que não seja a instrumentação primária e primeira para o exercício da cidadania. Quando o analfabetismo é majoritário ou muito expressivo, favorece processos de manipulação por parte de políticos, dos meios de comunicação, do consumismo, etc. Não é assim que a educação cause sozinha tamanho efeito. Dizemos apenas que é condição necessária, embora não suficiente para a institucionalização da democracia. Colabora na formação da consciência crítica, à medida que transmite conhecimentos fundamentais da realidade própria e repassa habilidades que servem para a autodefesa, para a noção de direitos e deveres básicos. A educação, em si, possui tendência histórica contrária, porque serve à reprodução das regras de jogo da respectiva sociedade, como instrumento de socialização. Por isto mesmo, a educação que promove a democracia não cai do céu por descuido, mas somente acontece se for conquistada. Isto seria para nós apenas lógico.

No entanto, é válido dizer que, mesmo se a educação apenas ensinasse a ler, escrever e fazer contas, de forma "pretensamente" neutra, já seria algo importante para a cristalização da noção de cidadania.

Ademais, a participação da base depende ainda da identidade cultural da comunidade. Não há grupo que se possa conceber como comunidade, a saber, que seja capaz de se assumir conscientemente como apto a se autogerir, se não possuir identidade de grupo. Ora, tal identidade se forja na cultura do respectivo grupo, que marca sua capacidade de criação, de mobilização, de autodefesa. É neste sentido que podemos assegurar que a identidade cultural jamais é menos importante que a satisfação das necessidades materiais. A pobreza política, assim, entendida, não mata materialmente, mas acaba com a fé comum num futuro comunitário possível, estiola o fervor em torno de símbolos que alimentam a coesão, resseca a iniciativa e o compromisso com relação à capacidade própria de resolver os problemas. Sem identidade cultural não há comunidade, mas um bando de gente, um conglomerado de pessoas, sobreviventes de um grupo sem história.

A perspectiva educativa e cultural coloca horizontes de muito longo prazo. É questão de décadas, para não dizer de séculos. É questão de gerações. Isto pode colidir com o ritmo da produção, que é rápido e material, porque é produ-

to. É muito diferente plantar uma roça de milho, fabricar vasos de barro, ou vender mercadorias na rua. Um cidadão não se planta, nem se fabrica, nem se vende. E nisto está o desafio fundamental dos processos participativos, que entre nós continuam fenômenos pouco densos, personalistas, diletantes. Em parte são apenas fantasias de gente muitas vezes bem intencionada, que são "faturadas" pelo sistema como técnica exitosa de controle social.

É mister reconhecer que o problema participativo encontra nesta dimensão de longo prazo não somente uma característica típica de seu processo, mas igualmente uma das dificuldades mais específicas. Como diriam muitos, democracia "cansa, demora e atrapalha". Reuniões sem fim, para se discutir tudo, e não se retirar nada de prático. Sob a premência da pobreza extrema, a população quer e precisa de resultados de curtíssimo prazo. No entanto, nelés não se institucionaliza a participação.

Sob a pressão de séculos de manipulação por parte do grupo dominante, a desmobilização é geral. De um lado, aparece o grupo sob forma dispersa, letárgica, conformista. De outro, o líder excessivamente forte, que replica, à revelia, a imagem do "coronel", do "capataz", do "cacique". Em tudo somos ainda profundamente amadores. Diante de populações analfabetas, sem um mínimo de informação crítica e profundamente dilaceradas em sua identidade cultural, a participação torna-se uma expectativa tão bonita, quanto fugaz. Não morre, porque faz parte da vida social. Por mais que seja massacrada, retorna sempre, o que faz dela o eco perene de uma história opressora. É uma teimosia estrutural, porque está plantada no âmago da história, mas é sobretudo teimosia.

#### 4. ENTRAVES SUBSTANCIAIS

Sem maiores pretensões de aprofundamento, inquirimos a origem de alguns entraves à participação, dentro da preocupação de torná-la estrutural e institucional.

É comum ouvirmos que a dificuldade maior nunca está na comunidade. Em primeiro lugar estaria no Estado, depois no técnico.<sup>8</sup> Ou, em primeiro lugar, na universidade, depois no professor e no estudante. Ou, em primeiro lugar, na Igreja, depois no padre ou no leigo. Não vamos aqui analisar as dificuldades específicas por parte do Estado, principalmente capitalista. Queremos somente sugerir que a participação, definida como conquista histórica da autopromoção, é sempre possível, pois não existe espaço histórico absolutamente fechado. Não há regime que não tenha caído. Não há governante que não morra. O fato de que o sistema se oponha à participação, não é propriamente problema, mas apenas o ponto de partida. Porquanto, primeiro vem a opressão; somente depois vem a participação, e se conquistada.

Em matéria de participação não há instituição que tenha suficiente moral, para se apresentar como modelo. Poderíamos tomar como referência a Igreja, que ultimamente tem feito um trabalho digno de nota junto a comunidades pobres. Sua ação é tendencialmente de coloração política, ligando-se com menor propensão a fatores produtivos. Ainda assim, procura incutir nas comunidades consciência político-crítica que as leve a se reconhecerem como sujeitos de seu

destino e capazes de reivindicarem seus direitos. Passam a pressionar o Estado, o grupo dominante, os técnicos de governo, etc. É uma ação relevante e que teve resultados decisivos, por exemplo, na evolução da política fundiária. Os governos passaram a contemplar a problemática com outros olhos, devido à pressão dos posseiros e dos que não têm terra e precisam dela para sobreviver. Chega-se mesmo a reconhecer hoje que a terra é direito natural.

No entanto, a Igreja como instituição é uma figura tipicamente hierárquica e que por isso prefere a comunidade de base que apenas reze, declame salmos e faça procissões, evitando aquela que parta para uma rota de autopromoção e de auto-sustentação. Há dogmas que não podem ser tocados, como o princípio masculino, a autoridade do bispo e do padre, o papel subserviente do leigo, etc. Isto transparece facilmente no tipo de liderança que é promovido. Geralmente são líderes fortes que retratam na respectiva comunidade a mesma imagem de um padre acima de qualquer discussão. São por vezes muito críticos, conhecem bem a causa dos problemas e sabem fazer análises com severa acuidade, mas não estão longe do "cacique". A comunidade é ele, assim como a paróquia é o padre, a diocese é o bispo e a Igreja é o Papa.

Não cabe aqui discutir dogmas, porque são matéria de fé, não de sociologia. Parece claro que, do ponto de vista sociológico, a instituição como tal não se recomenda sob a ótica democrática. E não por último, a preocupação atual com a dita "teologia da libertação" mostra com clareza que já é preciso extermiar aquilo que poria em xeque uma forma institucional criticada pela base.

Algo semelhante se pode dizer da universidade, principalmente com referência ao movimento da pesquisa participante. Elitista como ela é, baseada na discriminação econômica, mais do que na meritocracia acadêmica, muitas vezes alienada por trás dos seus muros, crítica por charme e por moda, mas sem nenhum pudor autocrítico, aparece de repente como paladina da participação e quer fazer disto sua própria metodologia científica. Dá para desconfiar, certamente.<sup>9</sup>

Sem aprofundar a temática da pesquisa participante, que consideramos possível e viável, não é difícil constatar que na maioria dos casos muito pouca coisa de prático se deixa na comunidade. Além de ser normalmente um movimento passageiro, pois dura enquanto permanece a pesquisa, não traz soluções adequadas, nem se institucionaliza de forma mais perene. Acaba recompondo aquilo que se criticava antes: a comunidade continua covaia, porque, enquanto o acadêmico se diverte, ela permanece pobre.<sup>10</sup>

Ademais, por se tratar de pesquisadores que não têm maiores problemas de sobrevivência, a questão da auto-sustentação fica relegada. A participação se exclusiviza na órbita política, onde aparece sobretudo como exacerbação diletante. E não ultrapassa a linguagem crítica, que tudo condena, sem perceber que o próprio pesquisador está também entre os condenáveis.

E mais que tudo aplica-se ao Estado a tendência ao controle social e à desmobilização, coisa já debatida *ad nauseam*. Para que a participação supere a margem de fantasia alegre necessita penetrar os espaços da real competência em termos de autopromoção e de auto-sustentação. A comunidade precisa efetivamente se organizar politicamente, de acordo com os critérios de representati-

dade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo. Não se trata de direcionar com tutela o processo. Mas a prudência e o respeito diante do processo não podem ser confundidos com diletantismo, que não sabe onde começar, o que fazer, como colaborar, como traçar resultados desejáveis, etc. O respeito ao processo se demonstra especificamente pela capacidade de o garantir. Entrar neste trabalho como assessor, não significa assistir passivamente ou fugir de compromisso, mas dedicar-se à obtenção de sua eficácia. <sup>11</sup>

Ademais, em situação de pobreza extrema, a auto-sustentação torna-se um desafio também extremo. É preciso descobrir toda potencialidade econômica, cavar toda oportunidade de renda possível, empregar todo o esforço disponível para aumentar a produção e capitalizar a associação ou a comunidade, vislumbrar chances renovadas de comercialização, captar todos os recursos imagináveis, assediar instâncias capazes de somar esforços, e assim por diante.

Participação é possível e viável. Mais que isto, é o cerne daquilo que chamamos qualidade de vida. Neste sentido, é o que mais desejamos. Mas somente acontece se for uma conquista competente.

#### NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 R. FRANCO & J. C. C. ZAVALA (org.), *Desarrollo Social en los 80*, CEPAL/ILPES/UNICEF, Santiago, 1984. R. FRANCO (org.), *Planificación Social en América Latina y El Caribe*, ILPES/UNICEF, Santiago, 1981, *Id.*, *Pobreza, Necesidades Básicas y Desarrollo*, CEPAL/ILPES/UNICEF Santiago, 1982. R. BROMLEY & E. S. BUSTELO (org.), *Política x Técnica no Planejamento*, Brasiliense, 1982.
- 2 P. DEMO, *Pobreza sócio-econômica e política*, Ed. Univ. Federal, Florianópolis, 1980. *Id.*, *Participação é Conquista — noções de política social participativa*, Brasília, IPEA/CPR, 1984, mimeo. *Id.*, *Desenvolvimento e política social no Brasil*, Ed. Tempo Brasileiro, 1978. *Id.*, *Política Social nas décadas de 60 e 70*, Ed. Universidade Federal, Fortaleza, 1981.
- 3 J. HABERMAS, *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*, Suhrkamp, 1976. R. BAHRO, *Die Alternative — Zur Kritik des real existierenden Sozialismus*, Rororo, 1977.
- 4 C. R. BRANDÃO (org.), *Pesquisa Participante*, Brasiliense, 1982. R. TANDON, *Participatory Research in the empowerment of people*, in: *Convergence* 14(3): 1981. P. DEMO, *Participação é Conquista*, in: *Política x Técnica no Planejamento*, op. cit., p. 153 ss. *Id.*, *Pesquisa Participante — Mito e Realidade*, Ed. SENAC/RJ, 1984.
- 5 M. M. ALVES, *A força do povo*, Brasiliense, 1980. S. AMMANN, *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, Cortez Ed., 1980.
- 6 *EDUCAÇÃO RURAL INTEGRADA, A experiência de pesquisa e planejamento participativo no Ceará*, Paz e Terra/IICA, 1983. P. R. HADDAD,

- Participação, Justiça Social e Planejamento, Zahar, 1980. M. I. R. S. BIERRENBACH, *Política e Planejamento Social, Brasil: 1956-1978*, Cortez Ed., 1982.
- 7 E. BACHA & M. UNGER, *Participação, Salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*, Paz e Terra, 1978. N. V. de CARVALHO, *Autogestão — o governo pela autonomia*, Brasiliense, 1983. M. WOLFE, *Elusive Development*, UNRISD, Genebra, 1981.
  - 8 J. D. BORDENAVE & H. M. de CARVALHO, *Comunicação e Planejamento*, Paz e Terra, 1980.
  - 9 M. GAJARDO, *Evolución, situación actual y perspectivas de las estrategias de investigación participativa en América Latina*, FLACSO, Santiago, mimeo., s. d. C. R. BRANDÃO, *Repensando a Pesquisa Participante*, Brasiliense, 1984.
  - 10 P. DEMO, *Função social na Universidade: algumas considerações a partir da política social*, in: *Educação Brasileira*, Rev. do Conselho de Reitores (CRUB), Ano V, nº 11, 2º Semestre, 1983. p. 21 ss.
  - 11 A. O. HIRSCHAMN, *De consumidor a cidadão — atividade privada e participação na vida pública*, Brasiliense, 1983.

